

# O Lugar e o Sentido da Política de Nucleação para Escolas do/no Campo em Teses e Dissertações Brasileiras no Período de 2008 a 2023

## The Place and Purpose of Nucleation Policy for Rural Schools in Brazilian theses and Dissertations from 2008 to 2023

Francisco Emerson de Medeiros\*<sup>a</sup>; Maria Roberta de Alencar Oliveira<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ensino. RN, Brasil.

\*Email: emersonmedeiros01@hotmail.com

---

### Resumo

O Paradigma de Educação do/no Campo constrói-se e estabelece-se como espaço de resistência aos mecanismos opressores e, ao mesmo tempo, de busca de novos lugares enunciativos, que permitam aos povos do Campo dizerem-se e ocuparem lugares no mundo como sujeitos de direitos. Esta percepção nos motivou a adotar uma abordagem teórica que nos permitisse realizar reflexões acerca dos mecanismos subalternizadores e opressores defendido pelo modelo capitalista e de divisão de classes que embasou historicamente as políticas direcionadas para os povos campestre, entre elas as políticas de nucleação. A pesquisa teve como objetivo mapear e analisar as teses e dissertações brasileiras que tematizam as políticas de nucleação para as escolas do/no campo no período entre 2008 e 2023. A base de dados utilizada para o mapeamento foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BDTD/Capes). O estudo é de abordagem qualitativa, do tipo revisão sistemática de literatura. Os achados da pesquisa dizem da importância e da relevância não apenas acadêmica, mas, sobretudo, social e educacional de problematizar o fato de haver tão poucos estudos e pesquisas que tenham como foco as Políticas de Nucleação das escolas campestres, na BDTD. Tais resultados apontam para a necessidade de outras pesquisas que tenham como objetivo analisar o porquê de esta temática parecer ser invisível para esses(as) pesquisadoras, bem como identificar em quais Associações de Pesquisa essas produções circulam.

**Palavras-chave:** Escolas Campestres. Escola Nucleada. Educação.

### Abstract

*The Education Paradigm of/in the Countryside is constructed and established as a space of resistance to oppressive mechanisms and, at the same time, of searching for new enunciative places, which allow the people of the Countryside to express themselves and occupy places in the world as subjects of rights. This perception motivated us to adopt a theoretical approach that allowed us to reflect on the subalternizing and oppressive mechanisms defended by the capitalist model and class division that historically supported policies aimed at peasant peoples, including nucleation policies. The research aimed to map and analyze Brazilian theses and dissertations that address nucleation policies for rural schools in the period between 2008 and 2023. The database used for mapping was the Digital Library of Theses and Dissertations of Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (BDTD/Capes). The study has a qualitative approach, of the systematic literature review type. The research findings speak of the importance and relevance, not only academically, but, above all, socially and educationally, of problematizing the fact that there are so few studies and research that focus on the Nucleation Policies of rural schools, in the BDTD. Such results point to the need for other research that aims to analyze why this topic seems to be invisible to these researchers, as well as identify in which Research Associations these productions circulate.*

**Keywords:** Peasant Schools. Nucleated School. Education.

---

### 1 Introdução

O Paradigma Hegemônico de Educação Rural funda-se na tradição da modernidade colonial e é orientado pelos ditames das elites econômicas e das oligarquias rurais brasileiras. Neste paradigma, a escolarização para os povos do meio rural intenciona, sobretudo, a formação de mão-de-obra especializada para responder as demandas econômicas e de produção rural do país. Por sua vez, o Paradigma Contra-Hegemônico de Educação Rural tem como princípio básico a construção de uma educação de base popular, centrando-se na busca de alternativas ao sistema de classes capitalista. Este paradigma traz no seu bojo a necessidade de “despejarmos os opressores em nós hospedados a fim de que possamos forjar

uma pedagogia popular no sentido de construir-se enquanto consciência e empenho na libertação dos oprimidos” (Freire, 1987, p.52). Assim, o seu princípio fundante é o respeito às singularidades dos povos do meio rural, construindo-se permanentemente a partir e através das proposições e práticas de enfrentamentos à opressão e ao silenciamento desses povos (Arroyo, Caldart, Molina, 2004). Tratamos o Paradigma Contra-Hegemônico de Educação Rural, nesta, por Paradigma de Educação do Campo. E, para entender melhor as suas bases, na complexidade e multiplicidade das discussões que o envolvem, acreditamos que é importante esclarecer qual a compreensão que embasou nossas discussões sobre: a) quem são os “povos do Campo”; b) o que estamos entendendo por

“territórios campestinos”.

No Decreto n. 7352/10, os “povos do Campo” são definidos como agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Enquanto que, para Caldart (2004), a definição de “povos do Campo” extrapola a noção de espaço geográfico, caracterizando-se os povos campestinos principalmente pelas relações sociais específicas que compõem a vida no/do Campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum. Neste trabalho trataremos com as duas definições, por entendermos que as mesmas não se opõem, pelo contrário, complementam-se. Com relação aos territórios campestinos, estes são aqui compreendidos como territórios materiais e imateriais, constituídos pelas inter-relações que os compõem e pela multidimensionalidade dos seus espaços. Entendemos que o debate atual sobre a constituição dos territórios campestinos é pautado principalmente pelo reconhecimento de diferentes culturas do Campo e não mais de uma cultura homogênea rural, na qual valores e construções históricas são equânimes e comuns a todos os povos do Campo.

Podemos ainda dizer que o Paradigma de Educação do Campo constrói-se e estabelece-se como espaço de resistência aos mecanismos opressores e, ao mesmo tempo, de busca de novos lugares enunciativos, que permitam aos povos do Campo dizerem-se e ocuparem lugares no mundo como sujeitos de direitos. Esta percepção do Paradigma de Educação do Campo, nos motivou a adotar uma abordagem teórica que nos permitisse realizar reflexões acerca dos mecanismos silenciadores, subalternizadores e opressores defendido pelo modelo capitalista e de divisão de classes que embasou historicamente grande parte das políticas direcionadas para os povos do Campo, e que, ao mesmo tempo, nos permitisse refletir sobre as formas possíveis de resistência e enfrentamentos a esses mecanismos. Sendo assim, enxergamos a urgência de pensarmos como e em quais lugares enunciativos situam-se as políticas desenhadas para a Educação do Campo (Oliveira, 2016).

Sobre a política de nucleação para as escolas do Campo, destacamos o Parecer n. 3/2008, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica que traz a prerrogativa de que a nucleação deverá ser evitada e só deverá ocorrer quando “não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças” e deverá levar em conta a “participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida” (Brasil, 2008, p.3-4). Esta prerrogativa guarda em si, em última instância, o respeito às comunidades rurais, suas culturas, seus modos de ser e de viver, além de prever a garantia do acesso e permanência

dos alunos do campo em escolas da sua comunidade ou de comunidades vizinhas.

Então, de acordo com o que nos diz a Legislação Nacional, de acordo com os princípios do Paradigma de Educação do Campo e ainda, de acordo com o posicionamento de autores como Rocha (2010), Arroyo, Caldart e Molina (2004), pressupomos que há um indicativo de não silenciamento da discussão sobre a temática sobre a Política de Nucleação das escolas campestinas nas produções acadêmicas da área de educação, inclusive pautadas pelo paradigma de Educação do Campo e por isto, o Sendo assim, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar as teses e dissertações brasileiras que tematizam as políticas de nucleação para as escolas do/no campo no período entre 2008 e 2023.

O artigo está estruturado em quatro tópicos, sendo o primeiro a introdução que traz uma contextualização da temática, o segundo tópico trata do percurso metodológico, no terceiro tópico são discutidos os achados do estudo e por fim tecemos as considerações finais.

## 2 Material e Métodos

A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo revisão sistemática de literatura. A base de dados utilizadas para a sua realização foi a BDTD e o recorte temporal foram os anos de 2008 a 2023 . Os descritores elencados para a busca foram: i) escolas do campo; ii) políticas de nucleação em escolas do campo.

A partir da inserção do descritor “escolas do campo” e filtrando entre os anos de 2008 e 2023 obtivemos o resultado de 25.923 dissertações e teses. Já o descritor “política de nucleação em escolas do campo” resultou num total de 25.954 publicações. A partir desses resultados procedemos à etapa de exclusão das dissertações e teses que não apresentaram nominalmente em seu título “escolas do campo” e/ou “políticas de nucleação em escolas do campo”. A segunda etapa de exclusão se deu pela análise dos descritores utilizados pelos autores, ou seja, foram excluídas as pesquisas que não traziam descritores correlacionados a temática.

Após as filtrações citadas acima encontrou-se o resultado de 569 dissertações e 98 teses relacionadas ao descritor “escolas do campo”, além de 10 dissertações e 04 teses relacionadas ao descritor “políticas de nucleação em escolas do campo”, obtendo-se, assim, um total de 681 publicações. Desse total de publicações foram excluídos os trabalhos em cujos resumos não se encontravam referências à perspectiva teórica que fundamenta este estudo, o que resultou em 186 dissertações e 32 teses relacionadas ao primeiro descritor e duas dissertações e duas teses que traziam o segundo descritor. Assim, após este procedimento, obtivemos o total de 459 publicações.

É possível perceber um número maior em relação a publicações ligadas ao descritor “escolas do campo” enquanto temos um número bem menor de publicações relacionadas

ao descritor “políticas de nucleação em escolas do campo”. Neste intuito, a etapa de elegibilidade foi desenvolvida a partir do uso do descritor “política de nucleação em escolas do campo”. Nesse sentido, a partir do processo de filtragem e exclusão, foram selecionados um total de dez trabalhos, sendo oito dissertações e duas teses para serem lidas e discutidas.

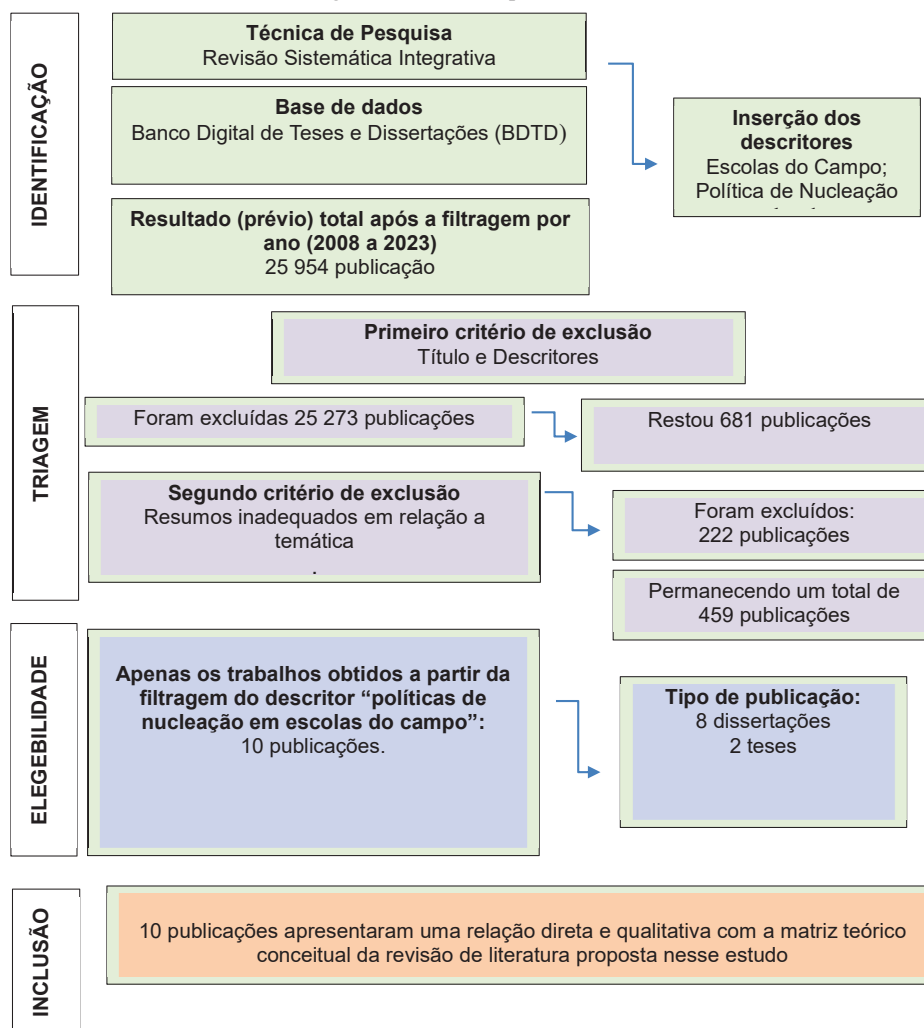
Ainda é importante ressaltar que a perspectiva da *práxis* freireana (1978; 1987; 1992; 1993; 2010) nos ajudou a compreender como são tratadas as políticas direcionadas para a educação do campo, no caso desse estudo, a política de nucleação em nível de produções acadêmicas.

A pouca incidência de trabalhos na área que utilizam como matriz teórica os estudos freireanos é extremamente tímida, o que nos preocupa, sobretudo, em tempos de retrocessos políticos e de ameaças à democracia, em tempos

de fechamento sistemático de escolas situadas em áreas rurais. Este destaque faz-se necessário pois entendemos a *práxis* freireana baseada, fundamentalmente, na ação-reflexão-ação. Por sua vez, este movimento ação-reflexão-ação se configura numa circularidade entre tensões, mediações e contradições. Observamos que a política de nucleação exigiria uma participação ativa dos povos do campo a quem essa política se dirige o que nega, além da base legal que a sustenta, o direito democrático de participação política dos povos camponeses, principalmente nas decisões que os afetam.

Na Figura 1 o delineamento da estratégia de seleção das publicações demonstrando os passos metodológicos trilhados para a filtragem/seleção dos trabalhos que compuseram as análises.

**Quadro 1** - Delineamento da estratégia de seleção das publicações



Fonte: dados da pesquisa.

### 3 Resultados e Discussão

De acordo com o observado durante o desenvolvimento da pesquisa, ficou evidente a quantidade relevante de trabalhos que abordam a referida temática em questão, levando em

consideração os critérios de seleção de publicações. A partir disso, como meio comparativo, apresentamos o Quadro 1, onde é possível vermos a disparidade em relação aos números de publicações considerando o descritor “escolas do campo” e “política de nucleação nas escolas do campo”.

**Quadro 1 - Publicações** selecionadas na BDTD/Capes (2008 a 2023) a partir dos descritores “escolas do campo” e “políticas de nucleação nas escolas do campo”

Ano de Publicação	Descritor A Escolas do campo		Descritor B Política de Nucleação nas Escolas do Campo	
	Tese	Dissertação	Tese	Dissertação
2008	00	00	00	00
2009	00	00	00	00
2010	01	00	00	00
2011	00	8	00	00
2012	01	6	00	02
2013	02	30	00	00
2014	07	23	00	01
2015	02	31	00	01
2016	07	41	01	01
2017	04	40	00	00
2018	00	53	00	00
2019	02	62	01	01
2020	6	34	00	00
2021	7	40	00	01
2022	9	41	00	01
2023	01	01	00	00
<b>Total</b>	49	410	02	08
<b>Total Geral</b>	459		10	

Fonte: dados da pesquisa.

Ao observarmos o Quadro 1 é notável a grande diferença entre o número de publicações levando em consideração o descritor A comparado ao descritor B, apresentando uma diferença de 449 publicações. Destaca-se o ano de 2019 como o ano em que houve o maior número de dissertações publicadas, já ao que condiz as teses, o ano que houve o maior número de publicação foi 2022, referentes ao descritor A. Ao que se refere ao descritor B, o ano em que observamos o maior número de dissertações publicadas foi 2012, apresentando duas publicações e os anos de 2016 e 2019 tiveram uma tese publicada em cada ano.

Pertinentemente, apresentamos o Quadro 2 como meio de proporcionar melhor compreensão de quais publicações foram selecionadas para serem lidas e analisadas, considerando os critérios de inclusão e exclusão elencados no Quadro 1

**Quadro 2 - Trabalhos selecionados na BDTD (2008-2023)**

Nº	Título/ Autor/ Ano/ Descritores/ Tipo de trabalho	Região Brasileira da Publicação
01	Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima/ Siuzete Vandresen Baumann/2012/ Nucleação; Educação do campo; Políticas Públicas/ Dissertação.	Sul
02	Educação rural no município de Araucária/PR: de escolas isoladas a escolas consolidadas/ Jaqueline Kugler Tibucheski/2012/Educação; Escolas rurais; Escolas consolidadas/ Dissertação.	Sul
03	As implicações do processo de nucleação das escolas rurais de Montes Claros/MG (1997-2013): contradições, desafios e perspectivas/ Wane Elayne Soares Eulálio/2014/ Educação do Campo; Política Públicas; Nucleação Escolar/ Dissertação.	Sudeste
04	O processo de nuclearização das escolas rurais isoladas e multisseriadas: uma análise a partir do município de Candói-PR, no período de 1993 a 2000/ Mariclaudia Aparecida de Abreu/ 2015 /Educação rural. Nuclearização das escolas rurais isoladas. Qualidade na Educação/ Dissertação.	Centro-Oeste
05	A territorialização da política de nucleação e o fechamento de escolas no campo em União dos Palmares/AL (2005-2015)/ Edilma José da Silva/2016/ Territorialização; Política de Nucleação; Educação do Campo/ Dissertação.	Nordeste
06	A nucleação das escolas do campo no município de Curralinho – arquipélago do Marajó: limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação/ Eraldo Sousa do Carmo/ 2016/Educação do Campo; Nucleação Escolar; Direito à Educação; Qualidade Social da Educação; Financiamento da Educação/Tese.	Norte
07	Vamos tirar a educação do quadro negro em que ela está: a nucleação escolar como proposta da reorganização e modernização na educação rural de Uberlândia/MG (1980 a 1990)/Tânia Cristina da Silveira/2019/ História da Escolarização Rural; História da Escola; Rural; Nucleação das Escolas Rurais; Democracia Participativa. Uberlândia /Tese.	Sudeste
08	Política de transporte escolar e nucleação de escolas do campo: determinações gerais e especificidades na educação do município de Inhapi – AL (2010-2017)/ Joana Marina Silveira Tavares/2019/Educação do Campo; Transporte escolar rural; Nucleação de escolas do campo; Educação em Inhapi/ Dissertação.	Nordeste
09	Processo histórico de escolas municipais rurais de Nova Prata/RS (1988-2006): culturas escolares e nucleação/Sonia Prigol Pagnoncelli/ 2021/ História da Educação; Escolas Rurais; Escolas Multisseriadas; Nucleação; Culturas Escolares; Nova Prata/RS/ Dissertação.	Sul
10	Política de nucleação das escolas no campo no município de Caraúbas-PB: contradições, desafios e perspectivas/ Tiago José Vasconcelos de Farias/ 2022/Direito à educação; Nucleação escolar; Educação do campo; Política educacional; Caraúbas-PB/nucleação de escolas no campo/ Dissertação.	Nordeste

Fonte: baseado em BDTD (2023).

O processo de nucleação consiste no agrupamento de pequenas escolas, na sua maioria multisseriadas, ligadas a uma escola núcleo, com características próprias de organização e funcionamento. Abreu (2015) nos mostra que durante o processo de nucleação enfatizava-se uma melhoria na qualidade de ensino com o fim das turmas multisseriadas, uma estrutura física adequada, profissionais qualificados e do campo, apoio pedagógico qualificado, além da contenção de gastos que possibilitaria mais investimentos nas escolas campestres, entre outros pontos que objetivam a melhoria na qualidade de ensino.

Neste sentido, as escolas nucleadas surgem a partir de uma proposta de maior investimento na qualidade da infraestrutura e do ensino, com vistas, inclusive, de garantir de equidade da educação oferecida às populações do campo e da cidade, além de oferecer condições de deslocamentos até o núcleo central de ensino (Pagnoncelli, 2021). Ou seja,

Esse processo tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleos, contrapondo-se à organização em escolas multisseriadas – orientação esta que implica em maior apoio técnico e financiamento a escolas de menor tamanho localizadas no seio de cada município (Eulálio, 2014, p.61).

Do Carmo (2016) e Silveira (2019) apresentam uma consonância nas pesquisas ao afirmarem que a promessa de equiparação em qualidade, estrutura e oferta das escolas do meio rural em relação as escolas urbanas configurava-se em um meio de convencer o povo campestre a enxergar o processo com bons olhos. Porém, mesmo com todas essas promessas os povos das comunidades rurais resistiam ao longo deslocamento que os alunos enfrentariam para chegar à unidade escolar.

No que diz respeito à efetivação da política de nucleação, observamos que tais compromissos não foram cumpridos e esse descumprimento acarretou problemas como altos índices de repetência e evasão escolar, perda de identidade das crianças com relação à sua comunidade originária, desestímulo, cansaço físico e não adequação às propostas curriculares (Silveira, 2019). Eulálio (2014) nos chama a atenção para o

[...] baixo desempenho escolar na educação básica, que tem contribuído para o aumento do abandono e da evasão escolar, além de evidenciar índices de analfabetismo funcional. Esse baixo desempenho escolar é apontado como resultante da precariedade do capital sociocultural e da má qualidade da oferta e desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida (Eulálio, 2014, p. 61).

As pesquisas nos mostram que a implementação da nucleação das escolas do campo aconteceu de forma antidemocrática, uma vez que a vontade da maioria dos camponeses não foi respeitada, ferindo a luta dos movimentos sociais pelo acesso a escolarização na própria comunidade rural e seguindo os interesses do governo (Farias, 2022). Desse modo,

Combinados em uma só dinâmica, transporte escolar e nucleação de escolas do campo reforçam a monopolização

do conhecimento característica da sociedade capitalista, pois contribuem com a materialização da histórica negação do acesso da população campestre a formas sistematizadas de compreensão teórica e prática da realidade (Tavares, 2019, p.98).

Os resultados e discussões expostos nas pesquisas nos levam a compreensão da precarização de condições do funcionamento dessas escolas núcleos, Baumann (2012) afirma que a dificuldade em relação a grande distância e as péssimas condições do transporte escolar contribuem para o desgaste físico dos alunos, além dos riscos aos quais os alunos estão expostos pela falta de equipamentos de segurança e as péssimas condições de estradas vicinais de acesso às comunidades rurais, além de que, permite a monopolização do conhecimento característico de uma sociedade capitalista. Afastando-se, dessa forma, da perspectiva de visibilização dos povos do campo, além de afastarem-se também da perspectiva de uma Pedagogia da Libertação proposta por Freire, na qual os saberes da cultura precisam e devem ser respeitados, além de que as escolas nucleadas seguem um currículo urbanocêntrico e, inclusive não há propostas de calendário escolar flexível e adaptado às necessidades das crianças campestres.

As pesquisas que foram selecionadas e analisadas nessa revisão demonstraram que a política de nucleação ainda contribui para o fechamento das escolas núcleos e para a desidentificação das crianças com os modos de ser, fazer e viver de suas comunidades.

#### 4 Conclusão

As publicações analisadas destacam que o processo de nucleação não aconteceu de forma ordenada e democrática, ou seja, não foi proporcionado à população do campo o que foi definido normativamente. Os autores destacaram que o principal agravante foi a fragilização da identidade, uma vez que a oferta de ensino não está mais associada à sua vivência enquanto lugar.

Nesse sentido, frente reflexões desenvolvidas durante este estudo, tornou-se possível compreender que o processo de nucleação é visto como uma política contraditória, que não parece favorecer a permanência das crianças na escola, criando um círculo vicioso de abandono e evasão escolar. Estes fatos, deixam claro que a política de nucleação fere os direitos dos povos campestres de obter a oferta do ensino na sua comunidade, indo contra a luta dos movimentos sociais e contra o que preconiza o Parecer CNE/CEB n.03/2008. Além de nos colocar diante de uma realidade incontestável que é o sucateamento de escolas núcleo, transporte escolar inapropriado, longa distância entre a comunidade da criança e a escola, currículo e ensino urbanocêntrico (mesmo nas escolas núcleo), estradas de difícil acesso, entre outros problemas.

Por fim, os achados da pesquisa dizem da importância e da relevância não apenas acadêmica, mas, sobretudo, social e educacional de problematizar o fato de haver tão pouco estudos e pesquisas que tenham como foco as Políticas de



Nucleação das escolas campesinas, na BDTD. Com base na perspectiva da Pedagogia freireana foi possível constatar a invisibilidade dessas políticas nas produções acadêmicas que circulam entre os(as) pesquisadores(as) nos diversos estados do país. Tais resultados apontam para a necessidade de outras pesquisas que tenham como objetivo analisar o porquê de esta temática parecer ser invisível para esses(as) pesquisadoras, bem como identificar em quais Associações de Pesquisa essas produções circulam.

## Referências

ABREU, M.A. O processo de Nuclearização das escolas rurais isoladas e multisseriadas: uma análise a partir do município de Candói-PR, no período de 1993 a 2000. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro Oeste, 2015.

BAUMANN, S.V. Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa Lima. Florianópolis: UFSC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 03/2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: MEC, 2008.

CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, C.M. Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARMO.E.S. A Nucleação das Escolas do Campo no Município de Curalinho-arquipélago do Marajó: limites, contradições e possibilidades na garantia do direito a Educação. Belém: Universidade Federal do Pará. 2016.

EULÁLIO, W.E.S. As implicações do processo de Nucleação das Escolas Rurais de Montes Claros/MG (1997-2013): contradições, desafios e perspectivas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

FARIAS, T.J.V. Política de Nucleação das Escolas no Campo no Município de Caraúbas-PB: Contradições, Desafios e Perspectivas. [Dissertação]. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2022.

FERNANDES, B.M. Os Campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C. (Org). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário,

2006.

Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC Notas para análise do momento atual da Educação do Campo Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PAGNONCELLI, S.P. Processo Histórico de Escolas Municipais Rurais de Nova Prata/RS (1988-2006): Culturas escolares e Nucleação. [Dissertação] Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul. Nova Prata, 2021.

ROCHA, M.I.A. Desafios e perspectivas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de licenciatura em educação do campo desenvolvido na FAE/UFMG. In. SOARES. L. et al. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, M.R.A. Os lugares e os sentidos da educação do campo nos currículos dos cursos de Pedagogia da UFPA/campus I. [Dissertação] Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

SALES, S. da S. A Educação rural brasileira: limites e possibilidade do processo de nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, E.J. A Territorialização da Política de Nucleação e o Fechamento das Escolas no Campo em União dos Palmares/AL (2005-2015). [Dissertação] Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE 2016.

SILVEIRA, T. C. Vamos tirar a educação do quadro negro em que ela está: a nucleação escolar como proposta de modernização na educação rural de Uberlândia-MG (1980 a 1990). [Tese] Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2019.

TAVARES, J. M. S. Política de Transporte Escolar e Nucleação de Escolas do Campo: determinações gerais e especificidades na nucleação do município de Inhapi-AL (2010-2017). [Dissertação] Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió 2019.

TIBUCHESKI, J.K. Educação Rural no Município de Araucária/PR: de Escolas Isoladas a Escolas Consolidadas. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná. 2011.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvol. Meio Amb., v. 2, p.29-37, 2000.